

PEDRO ATAÍDE

# DIREITO MINERÁRIO

**Apresentação**

Fernando Facury Scaff

**Prefácio**

Talden Farias

**2<sup>a</sup>** | revista  
edição | atualizada  
ampliada

2019

 EDITORA  
*Jus*PODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia  
Tel: (71) 3045.9051  
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Ana Caquetti

---

A862d Ataíde, Pedro.

Direito Minerário / Pedro Ataíde. – 2. ed. rev., atual. e ampl. – Salvador: Ed. Juspodivm, 2019.  
288 p.

ISBN 978-85-442-2698-8.

1. Direito Minerário. I. Ataíde, Pedro. II. Título.

CDD 342.1245

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	25
<b>2. MINERAÇÃO E DIREITO MINERÁRIO</b> .....	29
2.1. Conceitos elementares e características da atividade minerária .....	29
2.2. Importância da mineração .....	40
2.3. Peculiaridades da mineração .....	44
2.3.1. Pressupostos naturais ou físicos .....	46
2.3.2. Pressupostos econômicos .....	52
2.3.3. Pressupostos jurídicos .....	55
2.4. Utilidade pública e interesse social: mineração em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e em Mata Atlântica .....	57
2.5. Princípios e autonomia do direito minerário ...	62
2.5.1. Breves considerações acerca da aplicação dos princípios .....	66
2.5.2. Princípio da prevalência da mineração sobre a maioria das atividades econômicas e sobre os interesses privados .....	71
2.5.3. Princípio do interesse nacional .....	76
2.5.4. Princípio da destinação dos recursos minerais ao uso geral .....	78
2.5.5. Princípio do resultado global .....	79

2.5.6. Princípio da recuperação do ambiente degradado .....	81
2.5.7. Princípio da vedação à especulação de direitos minerários .....	82
<b>3. SISTEMAS DOMINIAIS E CONSTITUIÇÃO MINERÁRIA .....</b>	<b>85</b>
3.1. Desenvolvimento histórico dos sistemas de propriedade minerária .....	86
3.2. Mineração na Constituição brasileira de 1988 ...	95
3.2.1. Recursos minerais e domínio da União (art. 20, IX): natureza jurídica de bem público .....	95
3.2.2. Mineração na Ordem Econômica (art. 176) .....	100
3.2.3. Competência legislativa, competência material e taxa de fiscalização das atividades de mineração .....	109
3.2.4. A (im)possibilidade de regulamentação do art. 176 por meio de Medida Provisória .....	111
3.3. Domínio dos recursos minerais nas constituições dos países sul-americanos .....	119
3.4. Estatalidade e recursos minerais .....	127
<b>4. REGULAÇÃO ECONÔMICA MINERÁRIA .....</b>	<b>131</b>
4.1. Intervencionismo estatal, ordem econômica e mineração .....	135
4.2. Regulação econômica, autorregulação e regulamentação .....	140
4.3. Regulação Minerária no Brasil .....	144
4.3.1. Entidade responsável pela regulação minerária .....	145

4.3.1.1.	Transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral em Agência Nacional de Mineração	146
4.3.1.1.1.	Origem e estrutura do DNPM	146
4.3.1.1.2.	Perfil das agências reguladoras no Brasil	149
4.3.1.2.	Possíveis impactos advindos da transformação do DNPM em ANM	154
4.3.2.	Mineração brasileira e desenvolvimento	162
4.3.2.1.	CFEM: natureza jurídica, fato gerador, base de cálculo e alíquotas	163
4.3.2.2.	Distribuição e aplicação da CFEM	167
<b>5.</b>	<b>REGIMES MINERÁRIOS</b>	<b>175</b>
5.1.	Aspectos gerais	175
5.1.1.	Minas manifestadas	178
5.1.2.	Atividades que não estão sujeitas aos regimes minerários: art. 3º, § 1º, do Código de Mineração	180
5.1.3.	Modos de aquisição dos direitos minerários: direito de prioridade e procedimento de disponibilidade	182
5.1.4.	Sigilosidade	189
5.2.	Regime de autorização	196
5.2.1.	Aspectos gerais e descrição da pesquisa	196
5.2.2.	Competência e legitimidade	199
5.2.3.	Procedimento administrativo e ação de avaliação e renda	200

5.2.4. Obrigações do titular do Alvará de Pesquisa .....	209
5.2.5. Hipóteses excepcionais de extração mineral antes da concessão de lavra: Guia de Utilização .....	212
5.2.6. Natureza jurídica .....	215
5.3. Regime de concessão .....	217
5.3.1. Aspectos gerais, descrição de lavra, competência e legitimidade .....	217
5.3.2. Procedimento, obrigações do titular, direitos do superficiário, processo judicial e servidão mineral .....	219
5.3.3. Falta de interação com a regulação ambiental. Regime jurídico dos rejeitos .....	225
5.3.4. Natureza jurídica .....	228
5.4. Regime de licenciamento .....	230
5.4.1. Aspectos gerais e competência .....	230
5.4.2. Natureza jurídica e procedimento .....	233
5.4.3. Mineração em leito de rio .....	235
5.5. Regime de permissão de lavra garimpeira .....	237
5.6. Regime de registro de extração .....	239
5.7. Responsabilidade criminal .....	242
5.8. Regimes minerários no projeto de novo marco regulatório da mineração .....	250
5.9. Bloqueio minerário .....	254
5.10. Reserva nacional de determinada substância mineral .....	258
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>263</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>267</b>